REFLECTIONS ON CONTINUING TEACHER TRAINING AND THE EVOLUTION OF THE EDUCATIONAL PROCESS

Josiane Rodrigues de Jesus

Professora da Rede Estadual do Paraná. Licenciada em Ciências Biológicas e Pedagogia. Especialista em Educação Especial e em Gestão e Organização Escolar. Acadêmica de Letras/Libras (licenciatura) pela UNIOESTE e mestranda em Educação Profissional e Tecnológica - PROFEPT, pelo Instituto Federal Catarinense, no campus de Blumenau/SC.

E-mail: josianerodriguesdejesus@gmail.com

RESUMO

Esse trabalho tem por objetivo investigar as questões relativas à formação continuada de professores na legislação brasileira, de modo geral e propor uma reflexão crítica a partir desses elementos, bem como, possíveis estratégias para a superação das eventuais insuficiências na formação docente encontradas durante o estudo. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de caráter exploratório, cuja base teórica está centrada em autores como Candau (1996), Carvalho et al. (1999), Falsarella (2004), Gatti (2010;2014), Gil (2002), Martins e Duarte (2010), Nóvoa (1992), Veiga e Ávila (2012), além de documentos da legislação que embasam a educação no Brasil e abordam a formação continuada de professores. Por ser um estudo de suma importância, tem-se a consciência de que ainda há muito a ser aprofundado com relação à temática, a qual se encontra em plena evolução, renovando-se e atualizando-se constantemente, pois se busca sempre criar estratégias que permitam a formação continuada do professor, a fim de que se possa atender à diversidade existente atualmente nas escolas. Para isso, os professores que se dispõem a ensinar, necessitam estar abertos a novos aprendizados, não deixando de atualizarem-se, buscando sempre novos conhecimentos, na perspectiva de promover um ensino de qualidade, levando-se em conta que a função social da escola é a de exercer a socialização dos saberes, culminando, assim, na aquisição do conhecimento científico.

Palavras-chave: Pesquisa bibliográfica. Formação Continuada de Professores. Aperfeiçoamento.

ABSTRACT

This work aims to investigate the issues related to the continuing education of teachers in Brazilian legislation, in general and to propose a critical reflection based on these elements, as well as possible strategies for overcoming any shortcomings in teacher education encountered during the study. It is an exploratory bibliographic research, whose theoretical basis is centered on authors such as Candau (1996), Carvalho et al. (1999), Falsarella (2004), Gatti (2010;2014), Gil (2002), Martins e Duarte (2010), Nóvoa (1992), Veiga e Ávila (2012), in addition to legislation documents that support education in Brazil and address continuing teacher education. Because it is a study of paramount importance, there is an awareness that there is still much to be deepened in relation to the theme, which is in full evolution, constantly renewing and updating itself, as we always seek to create strategies that allow the teacher to continue training, in order to take into account the diversity that currently exists in schools. For this, teachers who are willing to teach, need to be open to new learning, never failing to update themselves, always looking for new knowledge, with the perspective of promoting quality teaching, taking into account that the social function of the school is to exercise the socialization of knowledge, thus culminating in the acquisition of scientific knowledge.

Keywords: Bibliographic Research. Continuing Teacher Education. Improvement.

INTRODUÇÃO

presente trabalho surgiu a partir da necessidade de reflexão acerca da formação continuada de professores, tema por demais importante na sociedade atual. A importância do presente estudo reside no fato de que é necessário compreender a realidade no âmbito da formação de professores, em virtude das práticas adotadas, identificando as fragilidades, para propor medidas que possam minimizar as dificuldades encontradas e possibilitar formas de contribuir com a preparação de profissionais qualificados.

A problemática desse estudo, partiu da reflexão e questionamento, sobre como a formação continuada de professores é tratada e desenvolvida no contexto brasileiro e os meios para fomentar mudanças de atitudes, através da prática.

Esse trabalho, justifica-se, por considerar a formação continuada, fundamental para a inserção de novas reflexões sobre a prática docente, formação adequada à realidade dos sujeitos, a partir de reflexões e experiências significativas sobre como ensinar, voltadas às necessidades do contexto educacional da atualidade. Neste sentido, a urgente necessidade de voltar o olhar da pesquisa sobre a formação docente e como a formação continuada de professores é tratada e desenvolvida no contexto brasileiro.

O objetivo do presente trabalho é investigar as questões relativas à formação continuada de professores na legislação brasileira, de modo geral e propor uma reflexão crítica a partir desses elementos, bem como, possíveis estratégias para a superação das eventuais insuficiências na formação docente encontradas durante o estudo.

Quanto a metodologia utilizada nesse trabalho, é de natureza bibliográfica, baseando-se na revisão da literatura para apresentar ideias de autores que tratam sobre a temática exposta. A presente pesquisa terá caráter exploratório, pois estará voltada para promover a aproximação do sujeito ao objeto de forma a explicitá-lo e com isso constituir hipóteses. Com relação aos procedimentos técnicos que serão utilizados o trabalho assume a qualidade de pesquisa bibliográfica. Como base metodológica para elencar as etapas de nossa pesquisa, utilizaremos a estrutura proposta por Gil (2002, p. 59): "a) escolha do tema; b) levantamento bibliográfico preliminar; c) formulação do problema; d) elaboração do plano provisório de assunto; e) busca

das fontes; f) leitura do material; g) fichamento; h) organização lógica do assunto; e, i) redação do texto".

APONTAMENTOS INICIAIS A RESPEITO DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES

Atualmente, nossa sociedade perpassa por profundas transformações, as quais influenciam diretamente no modo de compreender a vida, no tocante à formação dos seres humanos. Em virtude disso, há uma preocupação grande, relacionada com o fato de que é preciso reorganizar-se e reinventar-se para atender às demandas existentes no processo de escolarização, que inclui crianças, adolescentes e jovens.

Há bastante tempo, diversos estudiosos, preocupam-se em relação à formação de quem irá preparar essas pessoas para o desenvolvimento de novas gerações. Dessa forma, compreende-se que se deve investir no processo de formação continuada, com vistas ao desenvolvimento de conhecimentos científicos e intervenções qualitativas, que produzam a transformação da realidade dos alunos, tornando-os sujeitos críticos e atuantes na sociedade.

Os processos de formação continuada permitem com que o professor se perceba como membro de uma equipe que trabalha conjuntamente, discutindo no grupo suas concepções, práticas e experiências, tendo como elemento norteador o projeto pedagógico da instituição escolar.

Não tem como falar em educação de qualidade sem mencionar uma formação continuada de professores, que já vem sendo considerada, juntamente com a formação inicial, uma questão fundamental nas políticas públicas para a educação.

A escola está desempenhando vários e novos papéis na sociedade atual e o professor tem um papel central, sendo o responsável pela mudança de atitude e pensamento dos alunos.

Para melhorar a prática docente, tem-se como alternativa a formação continuada, pois ao discutir sobre este aspecto, é preciso considerar a natureza da atividade docente, como uma prática social institucionalizada que se origina na necessidade de preparar as crianças e jovens das novas gerações para a vida adulta, garantindo-lhes o acesso aos conhecimentos culturais e ao uso dos sistemas simbólicos produzidos pelo grupo humano ao qual pertencem.

Pensar em formação de professores implica abordar seriamente sobre a questão das estruturas formativas e curriculares, como destaca Gatti (2010, p.1375),

no que concerne à formação de professores, é necessária uma verdadeira revolução nas estruturas institucionais formativas e nos currículos da formação. As emendas já são muitas. A fragmentação formativa é clara. É preciso integrar essa formação em currículos articulados e voltados a esse objetivo precípuo. A formação de professores não pode ser pensada a partir das ciências e seus diversos campos disciplinares, como adendo destas áreas, mas a partir da função social própria à escolarização – ensinar às novas gerações o conhecimento acumulado e consolidar valores e práticas coerentes com nossa vida civil.

Reforçando o que foi exposto pela autora, há de se considerar dessa forma então, a importância de definir currículos de formação articulados para diminuir a fragmentação dos conhecimentos sistematizados ao longo do tempo, pois é na escola onde os professores vivem e trabalham, os quais se apropriam das normas e determinações, dos sistemas educativos e do contexto sócio-cultural, dando sentido às informações, incorporando-as aos seus conhecimentos dentre os quais, produzem a sua prática cotidiana e atendem às necessidades educacionais dos estudantes, aproximando-os do conhecimento científico.

Cabe ressaltar aqui, também, a respeito dos paradoxos e inquietações encontrados na formação continuada de professores, sobretudo, na definição de modelos ou modalidades e concepções adequadas às constantes transformações sociais e políticas, o que impõe uma reflexão sobre quais caminhos seguir que atenda às especificidades do tempo presente.

De acordo com os referenciais para formação de professores Brasil (2002, [s.p.]), o documento salienta que:

A formação de professores destaca-se como um tema crucial e sem dúvida, uma das mais importantes dentre as políticas públicas para a educação, pois os desafios colocados à escola exigem do trabalho educativo outro patamar profissional, muito superior ao hoje existente.

Portanto, com a demanda existente na escola atualmente, não tem como exercer um trabalho de qualidade sem os professores se capacitarem constantemente, pois muitas vezes os conhecimentos adquiridos na graduação são ineficientes.

Tendo em vista essa realidade, torna-se necessária complementação com cursos, visando à melhora na prática pedagógica dos educadores, fazendo-se necessário a participação contínua, em cursos voltados à formação continuada.

A preocupação com a formação dos professores não é recente, essa temática vem sendo estudada já há algum tempo pelos pesquisadores que se preocupam em diagnosticar, descrever ou construir caminhos que superem as dificuldades apresentadas pelos sistemas de ensino ou mesmo pelos educadores em geral.

Os estudos abordados sobre formação continuada preconizam que é a partir dos saberes adquiridos na prática diária que os professores julgam, estruturam e reestruturam seu conhecimento.

Sendo assim, é no dia-a-dia da escola que o professor continua a formação iniciada nas instituições formadoras de professores. Nesse sentido, Candau (1996, p. 144) afirma que:

Considerar a escola como lócus de formação continuada passa a ser uma afirmação fundamental na busca de superar o modelo clássico de formação continuada e construir uma nova perspectiva na área de formação continuada de professores.

Dessa forma, é necessário que o processo formativo que acontece na escola se dê por meio de prática reflexiva coletiva, construída coletivamente, em que os professores, identifiquem os problemas e tentem resolvê-los, socializando com os pares os conflitos e dificuldades enfrentadas no fazer pedagógico.

A formação continuada está voltada para o professor em exercício e tem como função básica contribuir para o professor ampliar e alterar de maneira crítica a própria prática. Com essa reflexão, Falsarella (2004, p. 50) entende que:

[...] a formação continuada como proposta intencional e planejada, que visa à mudança do educador através de um processo reflexivo, crítico e criativo, conclui-se que deva motivar o professor a ser ativo agente na pesquisa de sua própria prática pedagógica, produzindo conhecimento e intervindo na realidade.

Diante dos desafios encontrados, é importante repensar a formação continuada de professores em busca de respostas aos desafios decorrentes das novas relações entre sociedade e educação, exigindo profissionais preparados para atender às exigências dos avanços da ciência e tecnologia.

Dessa forma, a formação de professores deve ser um processo contínuo que tem início com a graduação e se estende por toda vida profissional dos professores, aprimorando suas ações docentes, ao longo de toda carreira pessoal e profissional.

Como afirma Candau (1996, p. 150), "a formação continuada não pode ser concebida como um processo de acumulação de cursos, palestras, seminários, etc., de conhecimentos ou técnicas, mas sim, como um trabalho de reflexibilidade crítica sobre a prática pedagógica". Assim sendo, percebe-se a necessidade de formar professores que reflitam sobre sua prática e a de seus pares. No mesmo sentido, Nóvoa (1992, p. 11) salienta que

é preciso reconhecer as deficiências científicas e a pobreza conceptual dos programas [actuais] de formação de professores. E situar a nossa reflexão para além das clivagens tradicionais (componente científica versus componente pedagógica, disciplinas teóricas versus disciplinas metodológicas, etc.), sugerindo novas maneiras de pensar a problemática da formação de professores.

Nos processos de formação continuada de professores, a sistematização do trabalho reflexivo precisa criar condições dos professores colaborarem e trabalharem em equipe, facilitando, assim, a utilização de modelos e de estratégias reflexivas, como instrumento de desenvolvimento do pensamento e da ação. Nessa perspectiva, Carvalho *et al.* (1999, p. 51) ressalta que:

A formação não tem um caráter cumulativo, ou seja, ela não se constrói por acumulação de conhecimentos, mas sim, por meio da reflexão crítica sobre a própria experiência e em interação não só com os outros elementos da comunidade escolar, como também com os outros segmentos da sociedade.

Verifica-se que o ato de refletir dos homens não ocorre naturalmente, mas refletem interagindo com seu meio natural e com seus semelhantes, o que por sua vez irão construindo conhecimentos e transformando sua realidade.

Considerando a prática de formação continuada, ela estimula os professores a planejar e melhor definir os métodos de trabalho, bem como avaliar os recursos disponíveis nos espaços escolares onde atuam e buscar novas possibilidades, com a produção de subsídios didático-pedagógicos. Dessa forma, contribui com os sujeitos de seu objeto de trabalho, viabilizando o desenvolvimento das ações previstas no âmbito do contexto escolar.

CARACTERIZAÇÃO DA FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES

Para dar base e a possibilidade de uma compreensão maior do que se quer e pretende-se destacar, volta-se o olhar para despertar novas reflexões, acerca da forma com que a formação continuada de professores é considerada atualmente.

Neste contexto, visa-se apresentar uma caracterização geral do processo de formação dos professores, considerando os meios de formação existentes, dentre os quais, desencadearam múltiplas formas de realização de cursos, voltados para contribuir para uma prática mais eficiente dos professores, no intuito de despertar novos valores, aliados ao fato de que se busca incessantemente difundir conhecimentos científicos, atrelados à socialização dos conhecimentos e novas interfaces culturais.

Com isso, pode-se dizer que essas novas manifestações interferem significativamente em diversas áreas, surgindo uma nova realidade, à qual merece uma atenção especial, não podendo

mais ficar da maneira como está, por considerar que a educação é a base para novos rumos, à formação do cidadão e a evolução da sociedade.

Nesse sentido, procurou-se compreender e efetivou-se a qualificação do professor, a qual era entendida como fator preponderante na conquista da valorização da cidadania e da formação da sociedade.

Quanto aos postulados teóricos dentro da agenda de estudos da área da formação continuada, diversos autores discutem atualmente sobre a importância da formação continuada dos professores. Para esse estudo, tendo por base autores e orientações oficiais que trabalham com essa temática, os autores utilizados em relação a esse tema foram Candau (1996), Carvalho et al. (1999), Falsarella (2004), Gatti (2010;2014), Gil (2002), Martins e Duarte (2010), Nóvoa (1992), Veiga e Ávila (2012), inclusive documentos da legislação, que embasam a educação no Brasil e abordam sobre a formação continuada de professores.

Esses pesquisadores e outros que não foram apontados aqui, não desconsiderando a relevância das suas teorias, destacam a necessidade de atender às exigências da sociedade, visando ao ensino de qualidade e práticas pedagógicas inovadoras que preparem os alunos para o verdadeiro exercício da cidadania.

Após a promulgação da Constituição de 1988, foram atribuídas novas funções à União, aos Estados e aos Municípios, ocorrendo à divisão de tarefas entre Estado e Municípios, também na área da educação (BRASIL, 1988).

Como consequência disso, no caso do ensino fundamental, os municípios ficaram com a responsabilidade sobre o ensino de 1ª a 4ª séries e o Estado com a responsabilidade pelo ensino de 5ª a 8ª séries.

Nesse período também ocorreu, um fenômeno importantíssimo, que atingiu todo o país, sendo o processo da globalização, o qual previa o aumento da escolaridade, como uma necessidade grandiosa.

Com isso, iniciou um processo de verticalização da educação, em nível regional, surgindo inúmeras instituições de ensino superior, culminando na formação de um grande número de professores mestres e doutores.

Com esses elementos destacados, considera-se a importância de documentos para a efetivação de políticas públicas, aprofundando o tema da formação de professores, embasados nas recomendações dispostas na Constituição Federal de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases nº 9394/96, voltadas à necessidade de atender ao aluno, com vistas à uma preocupação maior no processo de formação de professores que possa atender as necessidades vigentes. Para Gatti (2010, p. 1375):

A formação de professores não pode ser pensada a partir das ciências e seus diversos campos disciplinares, como adendo destas áreas, mas a partir da função social própria à escolarização – ensinar às novas gerações o conhecimento acumulado e consolidar valores e práticas coerentes com nossa vida civil.

Para Veiga e Ávila (2012, p. 15):

A formação de professores constitui o ato de formar o docente, educar o futuro profissional para o exercício do magistério. Envolve uma ação a ser desenvolvida com alguém que vai desempenhar a tarefa de educar, de ensinar, de aprender, de pesquisar, de avaliar.

Josiane Rodrigues de Jesus

As autoras complementam afirmando que "a formação busca a emancipação e a consolidação de um coletivo profissional autônomo e construtor de saberes e valores próprios" (VEIGA; ÁVILA, 2012, p. 17). Ressaltam ainda que:

[...] é preciso ficar claro que a formação docente é uma ação contínua e progressiva, que envolve diversas instâncias e que atribui valorização significativa para a prática pedagógica e para a experiência, consideradas componentes constitutivos da formação. Ainda, a necessidade de destacar que o exercício da docência envolve saberes específicos, os saberes pedagógicos e os saberes construídos nos espaços da experiência (VEIGA; ÁVILA, 2012, p. 19-20).

De acordo com Veiga e Ávila (2012), é importante levar em consideração, na formação do docente, três tipos de saberes, fundamentais para a formação, atribuindo valorização significativa para a prática pedagógica. Em primeiro lugar, destacam-se os saberes específicos, os quais referem-se aos conhecimentos da área científica do docente, articulados com o campo de saber da formação básica do docente. Em segundo lugar, os saberes pedagógicos, relacionados aos fundamentos, metodologias e práticas de ensino, elementos constitutivos da formação docente que propiciam sólida e significativa formação, para aplicação no exercício profissional. E em terceiro lugar, os saberes da experiência dos docentes, acumulados a partir da prática da docência, que lhe são atribuídos e construídos com as experiências desenvolvidas nos espaços escolares e processos de formação continuada (VEIGA; ÁVILA, 2012).

Cabe acrescentar que a formação deve estar voltada para a articulação entre teoria e prática, ensino e aprendizagem e práticas pedagógicas. Essas questões possibilitam a reflexão e o aprimoramento da formação de professores, da formação inicial à formação continuada, esta que deve perdurar na vida profissional dos docentes (VEIGA; ÁVILA, 2012).

Acerca da formação inicial e continuada, a Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015, destaca que:

[...] destinam-se, respectivamente, à preparação e ao desenvolvimento de profissionais para funções de magistério na educação básica em suas etapas - educação infantil, ensino fundamental, ensino médio - e modalidades - educação de jovens e adultos, educação especial, educação profissional e técnica de nível médio, educação escolar indígena, educação do campo, educação escolar quilombola e educação a distância - a partir de compreensão ampla e contextualizada de educação e educação escolar, visando assegurar a produção e difusão de conhecimentos de determinada área e a participação na elaboração e implementação do projeto político pedagógico da instituição, na perspectiva de garantir, com qualidade, os direitos e objetivos de aprendizagem e o seu desenvolvimento, a gestão democrática e a avaliação institucional (CNE/CP, 2015, p. 3).

Martins e Duarte (2010, p. 22), chamam a atenção para a identidade profissional no processo de formação docente, afirmando que:

Tornou-se cada vez mais recorrente, ao longo do século XX, o apelo à necessidade de se recriar tanto a escola, quanto a formação de professores. Para essa "nova formação", os destaques centrais recaíram sobre a trajetória de construção da identidade pessoal-profissional, primando pelo objetivo da promoção da "reflexão", e preferencialmente, da "reflexão crítica" acerca da própria prática.

Os autores Martins e Duarte (2010, p. 27), salientam ainda que:

A formação reflexiva dos professores tem na prática docente, o critério de referência, em torno do qual o professor, em formação inicial ou contínua, deva construir conhecimentos, problematizar o trabalho docente e buscar as alternativas necessárias à melhoria da educação escolar (MARTINS; DUARTE, 2010, p. 27).

Um dos problemas que se coloca neste sentido, conforme aponta Gatti (2014, p. 38), é que:

No Brasil, os cursos de licenciatura mostram-se estanques entre si, e também, segregam a formação na área de conhecimento específico da área dos conhecimentos pedagógicos, dedicando parte exígua de seu currículo às práticas profissionais docentes, às questões da escola, da didática e da aprendizagem escolar.

A Resolução CNE/CP nº. 02/2015 orienta, no Art. 13, como devem ser organizados os cursos de formação inicial de professores para a educação básica em nível superior em cursos de licenciatura, que se estende ao curso na modalidade Normal, em relação a estrutura e o currículo, que devem ser:

[...] organizados em áreas especializadas, por componente curricular ou por campo de conhecimento e/ou interdisciplinar, considerando-se a complexidade e multirreferencialidade dos estudos que os englobam, bem como a formação para o exercício integrado e indissociável da docência na educação básica, incluindo o ensino e a gestão educacional, e dos processos educativos escolares e não escolares, da produção e difusão do conhecimento científico, tecnológico e educacional, estruturam-se por meio da garantia de base comum nacional das orientações curriculares (CNE/CP, 2015, p. 11).

Acerca da formação continuada dos profissionais do magistério, o Art. 16 da referida Resolução, estabelece que ela:

[...] compreende dimensões coletivas, organizacionais e profissionais, bem como o repensar do processo pedagógico, dos saberes e valores, e envolve atividades de extensão, grupos de estudos, reuniões pedagógicas, cursos, programas e ações para além da formação mínima exigida ao exercício do magistério na educação básica, tendo como principal finalidade a reflexão sobre a prática educacional e a busca de aperfeiçoamento técnico, pedagógico, ético e político do profissional docente (CNE/CP, 2015, p. 13).

Ainda, a formação continuada de professores deve propor ações significativas para o trabalho do docente. Dessa forma, a formação nessa perspectiva se propõe a:

[...] responder tanto às necessidades do sistema de ensino quanto as demandas dos professores em exercício. Assim como a formação inicial, deve assegurar o trabalho com conteúdos relacionados aos diferentes âmbitos do conhecimento profissional, de forma a promover continuamente o desenvolvimento de competências que possibilitam uma atuação pautada não apenas na função docente, mas também na condição de membro de uma equipe responsável pela formulação, implementação e avaliação do projeto educativo da escola e membro de uma categoria profissional (BRASIL, 2002, p.128).

Importante mencionar também sobre a formação de professores em nível superior. Conforme Art. 9° da Resolução CNE/CP n°. 02/2015, os cursos de formação inicial para os profissionais do magistério para a educação básica compreendem: "I - cursos de graduação de licenciatura;

II - cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados; e III - cursos de segunda licenciatura" (CNE/CP, 2015, p.8).

Esta seção teve, portanto, o objetivo de abordar aspectos conceituais envolvendo elementos constitutivos na formação continuada de professores, bem como aspectos relativos a formação inicial e continuada e também, a formação de professores de nível superior.

A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO CONTINUADA PARA O SURGIMENTO DE NOVAS AÇÕES

Observa-se que nem sempre foi dada a devida importância no tocante à formação continuada de professores, portanto, deveria ser vista com grande valorização, pois através disso que novas reflexões são formadas, desencadeando assim, novas ações.

Nos documentos que tratam sobre formação de professores, temos a Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional, de 1996, que aborda no título VI, em seu artigo 67, (BRASIL, 2010, p.17), sobre a valorização dos profissionais da educação, cabendo a responsabilidade aos "sistemas de ensino que promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público". Reitera ainda, na mesma lei citada anteriormente, no parágrafo II, (BRASIL, 2010, p.17) sobre o "aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim".

Entretanto, na nova lei formulada, não fica estabelecida qual seria a concepção de formação pretendida, pois ora é descrita como "educação continuada" (BRASIL, 2010, p.47), ora como "aperfeiçoamento prollssional continuado" (BRASIL, 2010, p.48) e ora trata como situações diferentes à "formação continuada e a capacitação" (BRASIL, 2010, p.47), sem definir o que seja uma e outra.

Não há como negar, até mesmo pelos estudos apresentados e que comprovadamente mostrase, a relação entre teoria e prática, não se dissocia uma da outra, pelo contrário, as mesmas devem interelacionarem-se constantemente, ou seja, uma deve complementar a outra.

Assim, a formação continuada dos professores deve ser orientada por uma teoria, sem desconsiderar a importância da prática educativa. É preciso ressaltar a teoria, não só para uma reflexão sobre novas possibilidades ao acesso do conhecimento, como para uma análise da própria prática.

Sem uma formação teórica sólida fica difícil, por exemplo, fazer uma análise histórica sobre a profissão docente, a escola e o conteúdo a ser ensinado no contexto social atual. Concebe-se aqui a formação continuada em serviço tendo a escola como espaço de formação porque desta forma aquela se articula melhor às condições de trabalho e tempo de professores.

É no "chão" da escola que propostas de mudança devem ser levantadas, discutidas e concretizadas no projeto político pedagógico garantindo um processo formativo que promova a tomada de consciência para a construção da escola democrática.

Em relação à formação através das licenciaturas para professores, percebe-se uma preocupação muito grande relacionada às estruturas, currículos e os conteúdos formativos instituídos atualmente, o que não garante uma formação adequada, que possa atender à demanda existente. Para isso, é de fundamental a capacitação constante do professor, para que possa superar e minimizar a defasagem encontrada nos currículos de formação inicial. Nesse sentido, a autora Gatti (2010, p. 1359) aponta que,

em função dos graves problemas que enfrentamos no que diz respeito às aprendizagens escolares em nossa sociedade, a qual se complexifica a cada dia, avoluma-se a preocupação com as licenciaturas", deixando claro para todos, que isso não implica apenas ao professor e à sua formação a responsabilidade sobre o desempenho atual das redes de ensino.

Ainda, a mesma autora cita os múltiplos fatores convergentes que tratam sobre as diversas dificuldades nas redes escolares, sendo dentre esses fatores,

As políticas educacionais postas em ação, o financiamento da educação básica, aspectos das culturas nacional, regionais e locais, hábitos estruturados, a naturalização em nossa sociedade da situação crítica das aprendizagens efetivas de amplas camadas populares, as formas de estrutura e gestão das escolas, formação dos gestores, as condições sociais e de escolarização de pais e mães de alunos das camadas populacionais menos favorecidas (os "sem voz") e, também, a condição do professorado: sua formação inicial e continuada, os planos de carreira e salário dos docentes da educação básica, as condições de trabalho nas escolas (GATTI, 2010, p. 1359).

Diante dessas disparidades que afetam a qualidade da educação e a efetivação da forma esperada do processo de ensino, espera-se que através de discussão sobre as políticas públicas voltadas para a formação de professores sejam propostas estratégias, de articulação entre a formação inicial e a formação continuada dos mesmos, dentre as quais, incentivem a reflexão e a construção do conhecimento como processo dinâmico e contínuo de formação profissional, proporcionando assim, transformação do pensamento, culminando na mudança de atitudes necessárias para o desenvolvimento e a evolução da sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação dos professores ao longo do tempo mudou de forma significativa, passando de uma forma simplificada para uma forma mais sistematizada. No entanto, percebe-se que há uma fragilidade no processo de formação, deixando lacunas.

Tornam-se evidentes essas lacunas no momento em que os professores irão aplicar em sala de aula, no seu cotidiano, o conhecimento científico adquirido nos bancos escolares, pois muitas vezes, apreende teorias e técnicas, não conseguindo realizar a transposição didática para atender às necessidades educacionais reais dos educandos.

Tendo em vista a evolução do processo histórico, em relação à educação, se acredita que não havia tanta preocupação e valorização da atividade docente, nem mesmo com os ganhos salariais, tão pouco na melhoria das escolas e na capacitação permanente do professor também, questões estas que deveriam ser levadas em consideração, em virtude da relevância para a evolução da sociedade, bem como na formação da cidadania.

Contudo, o presente estudo é de bastante relevância para a área educacional, isso se deve à importância da discussão da temática da escola pública, em um período histórico de grande importância para o desenvolvimento da educação, à qual se remete à valorização e o respeito de diferentes culturas, saberes e relações sociais, necessitando adequar-se às novas realidades encontradas, suscitando a necessidade de novos debates e reflexões, diante do cenário da educação neste momento presente, produzindo novos encaminhamentos e novas oportunidades para a construção do conhecimento dos alunos, por meio de novas metodologias de ensino a serem utilizadas pelos professores, permitindo o acesso ao conhecimento e a aprendizagem.

Como a pesquisa ainda não foi concluída, os resultados ainda se encontram na condição de hipóteses que já se desenvolvem no sentido de manifestar algumas tendências. A principal delas provavelmente estará localizada nas contradições apresentadas entre o texto legal e suas aplicações práticas.

Referências

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de** 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2010]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 31 jul. 2020.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Referenciais para Formação de Professores.** Brasília, DF: MEC, 2002.

BRASIL. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF: MEC, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 05 abr. 2020.

CANDAU, V. M. F. Formação Continuada de professores: tendências atuais. *In*: REALI, AM. de M. R. e MIZUKAMI, M. G.(org.). **Formação de professores**: tendências atuais. São Carlos: EDUFSCAR,1996.

CARVALHO, M. A.; ALONSO, M. R. M. H. Formação continuada de professores e mudança na prática pedagógica. *In:* ALONSO, M. (org.). **Prática docente**: teoria e prática. São Paulo: Pioneira,1999.

CONSELHO NACIONAL DA EDUCAÇÃO (Brasil). **Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015.** Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada, Brasília, DF: CNE/CP, 2015. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9819 1-res-cp-02-2015&category_slug=outubro-2018-pdf-1<emid=30192. Acesso em: 20 ago. 2019.

FALSARELLA, A. M. Formação continuada e prática de sala de aula: os efeitos da formação continuada na atuação do professor. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2004.

GATTI, B. A. A formação de professores no Brasil: Características e problemas. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1355-1379, out./ dez. 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/es/v31n113/16.pdf. Acesso em: 05 abr. 2020.

GATTI, B. A. Formação Inicial de Professores para a Educação Básica: Pesquisas e Políticas educacionais. **Est. Aval. Educ.**, v. 25, n. 57, p. 24-54, jan./abr. 2014.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MARTINS; L. M.; DUARTE, N. (org.). Formação de professores: limites contemporâneos e alternativas necessárias. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

NÓVOA, A. Formação de professores e profissão docente. *In:* NÓVOA, A. (org.). **Os professores e a sua formação.** Lisboa: Dom Quixote, 1992. p. 1-27. Disponível em: https://repositorio.ul.pt/handle/10451/4758. Acesso em: 31 jul. 2020.

VEIGA, I. P. A.; ÁVILA, C. M. d'. (org.). **Profissão docente:** Novos sentidos, novas perspectivas. 2 ed. Campinas/SP: Papirus, 2012. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).